

Como Funciona o Tribunal de Ética da OAB? Guia do Processo Disciplinar

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | 10/09/2026



Como funciona tribunal de ética da OAB: é um órgão que julga condutas inadequadas de advogados por meio de processos disciplinares que garantem ética na profissão, com fases de denúncia, defesa, julgamento e possibilidade de recurso, aplicando penalidades conforme a gravidade das infrações.

Você sabe **como funciona tribunal de ética da oab**? Esse órgão é fundamental para garantir a conduta ética dos advogados e a confiança da sociedade na profissão. Vamos explorar juntos as principais etapas e o que esperar do processo disciplinar.

o que é tribunal de ética da oab e sua importância

O **Tribunal de Ética da OAB** é o órgão responsável por julgar e disciplinar condutas que violam o Código de Ética e Disciplina dos advogados. Sua função principal é assegurar que os profissionais da advocacia atuem com integridade, respeito e responsabilidade, protegendo assim a credibilidade da profissão e os interesses da sociedade.

Esse tribunal é fundamental para manter a ordem e a ética no exercício da advocacia, garantindo que práticas como conflitos

de interesse, publicidade irregular e outras infrações sejam investigadas e punidas quando necessário.

Importância para a sociedade e a advocacia

Para a sociedade, o Tribunal de Ética é um mecanismo de proteção, pois assegura que os advogados cumpram regras que preservam a justiça e a confiança no sistema jurídico. Para os próprios profissionais, o tribunal promove a valorização e o respeito pela profissão, estimulando a conduta ética e o aperfeiçoamento contínuo.

Portanto, o tribunal atua como um guardião da ética, balanceando direitos e deveres tanto dos advogados quanto dos clientes, e é essencial para fortalecer o Estado de Direito no Brasil.

como é iniciado o processo disciplinar no tribunal de ética

O processo disciplinar no Tribunal de Ética da OAB começa geralmente a partir de uma denúncia formal contra um advogado, que pode ser apresentada por qualquer pessoa, incluindo clientes, colegas ou até mesmo a própria OAB. Essa denúncia precisa ser escrita e detalhar os fatos que configuram uma possível violação ética.

Após receber a denúncia, o Tribunal realiza a análise inicial para verificar se existem elementos suficientes para iniciar uma investigação. Se aceito, o processo é instaurado e o advogado acusado é notificado para apresentar sua defesa.

Fases iniciais do processo

Nas primeiras etapas, o relator do caso pode solicitar diligências, coleta de provas e depoimentos para esclarecer os

fatos. É fundamental que o advogado tenha amplo direito de se defender, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

Depois dessa fase preliminar, o processo segue para julgamento, onde os membros do Tribunal avaliam as evidências e decidem se houve infração ao Código de Ética.

direitos e deveres do advogado durante o processo



Durante o processo disciplinar no Tribunal de Ética da OAB, o advogado possui **direitos fundamentais** que garantem um julgamento justo e respeitoso. Entre eles está o direito ao contraditório, que permite apresentar sua versão dos fatos e contestar as provas apresentadas contra ele.

Outro direito importante é o da ampla defesa, possibilitando que o advogado utilize todos os meios legais para provar sua inocência ou justificar suas ações. Ele também tem o direito

de ser informado formalmente sobre as acusações e de acessar todos os documentos do processo.

Deveres do advogado durante o processo

Além dos direitos, existem deveres essenciais para o advogado, como comparecer às intimações e audiências, colaborar com as investigações e manter a ética mesmo durante o julgamento.

É fundamental que o advogado responda com transparência e respeito às notificações, evitando atitudes que possam prejudicar sua defesa ou o andamento do processo.

O equilíbrio entre esses direitos e deveres assegura que o processo seja conduzido de forma justa, respeitando a dignidade da profissão e o interesse da justiça.

etapas do julgamento e possíveis penalidades

O julgamento no Tribunal de Ética da OAB ocorre após a conclusão da fase de instrução, quando todas as provas foram reunidas e o advogado teve a oportunidade de apresentar sua defesa. Esse julgamento é conduzido por uma turma ou plenário do tribunal, composto por membros experientes da OAB.

Fases do julgamento

Inicialmente, ocorre a **leitura da denúncia e da defesa**. Em seguida, os membros analisam os documentos, depoimentos e demais provas para avaliar a existência de infração ética. Durante essa fase, pode haver debates e questionamentos para esclarecer pontos importantes do processo.

Depois das discussões, os julgadores deliberam e votam sobre a procedência da denúncia. A decisão pode ser unânime ou por maioria, de acordo com o regimento interno do tribunal.

Possíveis penalidades

Se a infração for reconhecida, o advogado pode ser condenado a diversas penalidades, que variam conforme a gravidade do caso. As penalidades incluem advertência, censura, suspensão temporária do exercício profissional e, em casos extremos, exclusão da OAB.

É importante destacar que o objetivo das penalidades é preservar a ética e a boa prática da advocacia, incentivando a conduta correta e protegendo o interesse público.

como acompanhar e recorrer das decisões do tribunal

Para **acompanhar as decisões do Tribunal de Ética da OAB**, o advogado ou a parte interessada deve ficar atento às publicações oficiais da OAB, como o Diário Oficial da entidade e o website do Tribunal de Ética. Nesses canais, são divulgados os despachos, pautas de julgamento e resultados das decisões.

Também é possível solicitar informações diretamente à seccional da OAB onde o processo corre, garantindo transparência e acesso aos principais atos.

Como recorrer das decisões

O advogado tem o direito de **recorrer da decisão** do Tribunal de Ética caso discorde do julgamento. O recurso deve ser apresentado no prazo estipulado no regimento interno, geralmente em até 30 dias após a notificação.

Os recursos podem ser direcionados ao Conselho Federal da OAB ou ao plenário do Tribunal competente, a depender do tipo de decisão e da esfera da sanção aplicada.

Para apresentar um recurso eficaz, é importante que o advogado

reúna argumentos sólidos, documentos e provas que possam contestar a decisão anterior.

Esse mecanismo assegura que o processo possua múltiplas instâncias de análise, garantindo justiça e respeito aos direitos do profissional.

Entendendo o funcionamento do Tribunal de Ética da OAB

Conhecer como funciona o Tribunal de Ética da OAB é fundamental para qualquer advogado que deseja atuar com responsabilidade e transparência. O processo disciplinar assegura que a ética seja respeitada, protegendo tanto a classe quanto a sociedade.

Desde a denúncia até o julgamento e recursos, cada etapa é pensada para garantir justiça e o direito de defesa. Isso mantém a confiança na advocacia e incentiva a conduta correta.

Por isso, estar informado sobre seus direitos, deveres e os procedimentos do tribunal ajuda o profissional a agir com segurança diante de qualquer processo disciplinar.

FAQ – Perguntas frequentes sobre o Tribunal de Ética da OAB

O que é o Tribunal de Ética da OAB?

O Tribunal de Ética da OAB é o órgão responsável por julgar infrações ao Código de Ética e Disciplina dos advogados, garantindo a integridade da profissão.

Como é iniciado o processo disciplinar no

Tribunal de Ética?

O processo começa com uma denúncia formal que pode ser apresentada por qualquer pessoa, seguida de análise inicial e notificação do advogado acusado para apresentar defesa.

Quais são os direitos do advogado durante o processo disciplinar?

O advogado tem direito ao contraditório, ampla defesa, acesso às provas e informação formal sobre as acusações contra ele.

Quais deveres o advogado deve cumprir durante o processo?

Ele deve comparecer às intimações, colaborar com a investigação e manter conduta ética, respondendo com transparência às notificações do tribunal.

Quais penalidades o advogado pode receber se for condenado?

As penalidades vão desde advertência, censura, suspensão temporária até exclusão da OAB, dependendo da gravidade da infração.

Como o advogado pode recorrer de uma decisão do Tribunal de Ética?

O advogado pode apresentar recurso dentro do prazo estipulado, geralmente 30 dias, ao Conselho Federal da OAB ou ao plenário competente, com argumentos e provas para contestar a decisão.

[Fale com um especialista](#)